

LUGARES ATRIBUÍDOS E ESPAÇOS CONQUISTADOS PELAS ASSENTADAS RURAIS

Vera Lúcia Silveira Botta FERRANTE¹
Henrique Carmona DUVAL²

■ **RESUMO:** O artigo discute a atuação das mulheres em assentamentos rurais nas regiões de Araraquara e do Pontal do Paranapanema, ambas no estado de São Paulo, examinando similaridades e diferenças nas relações de gênero. Destaca-se também o papel das mulheres na casa e no lote familiar, na produção da alimentação e como ele vem se alterando, a partir da ampliação de suas reivindicações e conquistas no espaço público, dando-se prioridade à análise de estratégias de desenvolvimento das famílias assentadas em cada região, a partir da categoria trama de tensões. São analisados os lugares das assentadas na divisão sexual do trabalho, e sua participação nos espaços de sociabilidade e na diversificação agrícola, bem como as possibilidades e controvérsias detectadas nas políticas públicas a elas direcionadas. O artigo analisa ainda passos significativos da emergência das assentadas como sujeito político.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos rurais. Relações de gênero. Desenvolvimento. Autoconsumo. Políticas públicas.

Introdução: esclarecer é preciso

Este artigo tem como referência de análise experiências de assentamentos localizadas em duas regiões bastante

¹ UNIARA – Centro Universitário de Araraquara. Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Araraquara – SP – Brasil. 14801-340 – vbotta@techs.com.br

² UNIARA – Centro Universitário de Araraquara. Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Araraquara – SP – Brasil. 14801-340 – henriquecarmona@hotmail.com

diferenciadas do estado de São Paulo: Araraquara e Pontal do Paranapanema.

O que há de similaridades e diferenças entre os assentamentos – e, mais especificamente, em suas relações de gênero – de duas regiões com economias tão desiguais e com lutas pela terra conduzidas por movimentos e entidades de trabalhadores que guardam entre si rivalidades e concepções organizativas distintas? Como esses condicionantes contextuais rebatem na aplicação de políticas públicas para a população rural, elas mesmas diferenciadas, haja vista a inclusão da região do Pontal do Paranapanema no programa Territórios da Cidadania, desenvolvido pelo governo federal?

Para esta discussão, partimos de uma abordagem relacional sobre assentamentos e desenvolvimento que não seja ditada por uma lógica externa, nem implique numa subordinação a um sistema de controles e de poderes. Trata-se de pensar caminhos para o desenvolvimento que resultem em sustentabilidade agrícola, garantia da qualidade de vida dos sujeitos e respeito às suas singularidades, com especial ênfase às relações de gênero.

Em nossa perspectiva, o desenvolvimento pode ser considerado como um processo de recuperação de autoestima, de aprimoramento das habilidades e capacidades, podendo levar ao empoderamento daqueles que participam e assumem esses processos. Busca-se aqui qualificar melhor a dimensão de gênero no bojo dessa perspectiva. Pesquisar relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária, possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob o enfoque socioeconômico, mas também das relações estabelecidas no cotidiano destes assentamentos que, além de moldarem as vidas existentes no local, também repercutem nas esferas pública e econômica regionais. Ao pesquisar a estrutura organizativa de um assentamento, vêm à tona as necessidades dos sujeitos ali inseridos, mulheres, homens, jovens e idosos, exigindo dos órgãos públicos a criação de políticas públicas que assegurem a emancipação de todos eles. Isso significa, de forma particular para nós, trazer à luz a participação das mulheres nesta luta pelo direito ao acesso e a permanência na terra, bem como discutir a concepção que permeia a formulação das políticas públicas dirigidas a este segmento.

Essas preocupações estão centradas na categoria de trama de tensões, constituída pelas relações travadas entre distintos

atores, sendo destacados, neste estudo, as mulheres assentadas e os diferentes mediadores, tanto das políticas públicas e das possíveis alternativas econômicas, como os próprios homens assentados. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e na constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos, estratégias e costumes.

Isto posto, são as relações dessas mulheres com os órgãos gestores, com os representantes do poder local, com o movimento sindical, com o MST e também no âmbito familiar (na casa e no lote produtivo) que necessitam ser analisadas em suas possibilidades e dimensões conflituosas. A trajetória das mulheres nos distintos tempos de assentamentos, a busca continuada da diversificação agrícola, a maior responsabilidade no autoconsumo, por elas serem provedoras da alimentação das famílias, a posição assumida nos momentos de confrontos, na politização de espaços de sociabilidade, na busca de organizar/reorganizar as estratégias familiares, compõem esse movimento descontínuo de aceitação e de recusa aos modelos instituídos.

Discutir a tessitura de uma trama de tensões sociais a partir da prática das assentadas rurais, cuja racionalidade social transita numa relação complexa entre resistência e acomodação, remetem-nos à história viva de trabalhadoras que, estando numa posição estrutural de subalternidade social, organizam estratégias – individuais ou coletivas – cuja consecução, se não transforma as relações sociais e as desigualdades de gênero, pelo menos revela aspectos inovadores e singularmente determinantes da realidade da qual participam como sujeitos.

As regiões em análise: o desafio de comparar o incomparável

As características socioeconômicas das distintas regiões em estudo revelam uma grande disparidade em termos de desenvolvimento regional. Enquanto a região Central do estado apresenta índices de dinamismo econômico notáveis, a região do Pontal do Paranapanema tem diagnosticado um “esvaziamento econômico”, em favorecimento das regiões fronteiriças de Mato Grosso do Sul e Paraná.

O caráter comparativo deste estudo visa, então, ressaltar os possíveis destinos das experiências de assentamentos em função das tramas sociais nas quais se incluem relações de gênero, que animam o cenário regional em cada caso. Focalizamos, especialmente, as tensões que se expressam nos campos da divisão sexual do trabalho, das alternativas produtivas, do autoconsumo e das políticas públicas sempre em face da temática de gênero.

A participação das mulheres em grupos associativos na região de Araraquara

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado (ITESP) – Monte Alegre e Horto Bueno de Andrada – e um do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Bela Vista do Chibarro – com 385, 31 e 211 famílias, respectivamente.

Leve-se em conta que, em função mesmo de um entorno sócio-econômico no qual predomina a produção canavieira, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Perto de 70% dos assentados no assentamento Monte Alegre (especialmente dos núcleos II e IV) foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja. No assentamento Bela Vista do Chibarro este índice está em torno de 50%, mesmo que a luta pelo assentamento tenha sido iniciada pelos ex-trabalhadores da usina falida. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os assentados recorrem.

Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações implementadas a partir de 2001, voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programa de Feira do Produtor e Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais

iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios. Nesses programas coordenados e centralizados no poder local há a participação direta das mulheres em iniciativas que visam o fortalecimento da própria organização das assentadas no assentamento da Fazenda Monte Alegre.

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos de um grupo de mulheres em relação ao modo como eram e como passaram a ser produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. Como experiência de participação popular, o Orçamento Participativo (OP) foi implantado em Araraquara a partir de 2001, mostrando, desde o início, uma característica peculiar. As assentadas começaram a participar massivamente dos fóruns do OP e, dentro da Temática Mulheres, discutiram prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos. Assim, no ano de 2002, a prioridade sugerida pelo grupo de mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre foi a aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial neste núcleo. Esta proposta entrou em disputa com a de outro grupo de mulheres, do núcleo III do mesmo assentamento, que por sua vez reivindicou a aquisição de uma cozinha experimental para a produção de doces. Ao final da “disputa”, embora a prioridade da cozinha tenha sobressaído, neste mesmo ano, as duas iniciativas foram contempladas.

No presente, as mulheres do núcleo III não estão fazendo doces com regularidade para vender em Araraquara. A cozinha tem sido usada por apenas duas delas esporadicamente, quando há encomendas por parte de comerciantes da cidade de Ribeirão Preto ou quando elas vão participar de uma feira livre em Matão.

No núcleo VI, o sabor dos pães caseiros transmite uma sensação de estar junto, em casa, em um lugar pleno de significações. Neste núcleo, o processo transcorre mais rapidamente. Na Associação constituída – Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI (AMA) – com onze

associadas, todas pagam uma mensalidade de R\$ 10,00 e parecem caminhar, regulando cada passo, em um processo lento, mas continuado de mudanças.

Dados coletados, recentemente, mostram que no assentamento Monte Alegre as mulheres são, em 17,5% dos casos, titulares dos lotes, tendo, neste caso, em média, 58 anos de idade. A obrigatoriedade da titularidade conjunta é cumprida por interferência dos órgãos gestores, os quais não intervêm necessariamente na esfera das decisões e ações nos assentamentos. A origem da renda é, neste assentamento, predominante da produção no lote, seguida muito de perto pela renda auferida por aposentadorias. Na indagação sobre a principal fonte de renda, a da cana e a proveniente de outros produtos aparecem com os mesmos percentuais. Entretanto, ao somar-se a renda da cana com a da aposentadoria e outros salários obtém-se a principal fonte de renda. Vale destacar ainda que o número de mulheres que acessou o crédito Pronaf é mínimo, ficando muito distante da cota estipulada pelos órgãos federais (10% no núcleo Monte Alegre e 5% no Bela Vista do Chibarro). Além disso, a grande maioria (60% dos casos) não participa de programas municipais de apoio à produção, contudo considera o recebimento da aposentadoria como algo muito significativo para se poder viver nos assentamentos.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, 35% dos 211 titulares de lote são mulheres, tendo em média 49 anos de idade. A maioria das mulheres não acessou qualquer modalidade de crédito. Apenas uma pequena porcentagem (5%) valeu-se do custeio apoiado do Banco do Brasil para aquisição de gado leiteiro. Contudo, as que o acessaram, o utilizaram para atender aos interesses e pedidos de seus maridos. Mesmo assim, a diversificação de produtos tem modificado, ainda que em proporções pequenas, a monotonia de paisagem da cana. Grupos de mulheres voltados ao processamento de palha de milho, para produção de doces e cigarros artesanais têm se apresentado como alternativas possíveis de geração de trabalho e renda. Neste sentido, há também um grupo em formação de corte e costura. Aliado a isto, existe um crescente interesse pelo resgate de memória e pelo embelezamento do assentamento, movimentos que têm sido comandados por um grupo de jovens, predominante de mulheres, intitulado "Pé Vermelho". Foram identificadas em campo, inúmeras outras iniciativas familiares, para além dos

grupos associativos formais, nos quais as mulheres têm grande destaque.

Reivindicações de gênero na agenda do MST no Pontal do Paranapanema

Na outra região, centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sócio-político do Pontal do Paranapanema, hoje a região do estado de São Paulo com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (são mais de 100 Projetos de Assentamentos já instalados, com aproximadamente 5,5 mil famílias assentadas), essa área do estado tem mostrado uma dinâmica extremamente rica no que tange a essa questão.

Diferentes estratégias são desenvolvidas por essa população para se manter na terra. Estas, às vezes, conjugam o trabalho no lote de alguns membros da família (quase sempre o titular) com trabalho fora do assentamento (geralmente dos filhos). As aposentadorias e pensões, quando existem, garantem uma renda fixa mensal, melhorando a situação econômica da família. As pesquisas demonstram, no entanto, que a maioria dos assentados garante seu sustento e renda monetária apenas do lote. A pecuária leiteira é predominante nos assentamentos, garantindo, inclusive, a sobrevivência de laticínios nas cidades do Pontal – como em Mirante do Paranapanema, cujo laticínio é abastecido quase que exclusivamente por assentados.

Em pesquisa realizada no Pontal do Paranapanema, Melo, Cappellin e Castro (2008) explicitam a preocupação em individualizar a contribuição das mulheres para o desenvolvimento econômico dos lotes, sendo necessário traçar um novo perfil da agricultura familiar. A contribuição da análise de gênero está no sentido de olhar para a família rural não mais como um conjunto homogêneo, ou seja, evidenciar a participação da mulher em

todas as esferas, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas, colaborando desse modo para superar uma marcante invisibilidade.

A importância da mulher assentada na esfera produtiva nos assentamentos foi atestada em pesquisa realizada pelo Nupedor/GEPEP (SILVA, 2009). Segundo a autora, do trabalho produtivo concretizado pelas mulheres, o mais notório é o referente à produção para o autoconsumo:

Nestes dados reconhecemos o quanto importante é o trabalho das mulheres para assegurar a alimentação da família. É intrigante, no entanto, a desvalorização da cultura de subsistência. Dentre as pessoas entrevistadas foi quase unânime a afirmação de que o plantio para o consumo é uma perda de tempo. Pode-se verificar como o trabalho quase que exclusivamente feminino mais uma vez é tido como sem importância, reforçando a invisibilidade do trabalho realizado pela mulher (SILVA, 2009).

Com relação à titularidade dos lotes, a pesquisa do Nupedor/Gepep observou que o percentual de mulheres titulares no universo pesquisado é tímido comparando-se ao referente à titulação dos homens, assim, enquanto as mulheres representaram 36% dos titulares, os homens corresponderam a 64%. Nos dados apresentados por Melo e Di Sabbato (2008) quanto à titulação, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres e em 85,9% eram os homens os titulares. A comparação destes percentuais reforça a importância das ações afirmativas e do papel de órgãos mediadores na busca pelo “empoderamento” das mulheres. Esses instrumentos são fundamentais para contribuir para o aumento da autoestima e para a diminuição das disparidades de direitos reservados a homens e mulheres nas relações cotidianas.

Sobre a participação política das mulheres, outra dimensão desse processo de empoderamento, as conclusões de Rua e Abramovay (2000) apontam que, no Pontal do Paranapanema, a submissão das reivindicações de gênero à agenda “classista” do Movimento Sem-Terra apresenta peculiaridades. O esforço do governo estadual, através do ITESP, de criar uma “organização de mulheres” na virada do século, levou a que, em 2001, fosse criada uma organização paralela de mulheres, orientada pelo MST, no Pontal. No início da década de 2000, então, o Estado tinha duas organizações de mulheres: a “Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo” (OMAOESP),

articulada pelo ITESP nos “Encontros Estaduais de Mulheres” e apoiada por outras organizações de trabalhadores, a exemplo da FERAESP; e a Organização das Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema, criada na região sob a influência do MST e a liderança de Diolinda Rainha (esposa de José Rainha Júnior).

Nessa cisão estava em pauta, acima de tudo, a oposição entre os dois pólos que disputavam o espaço político no âmbito da reforma agrária em São Paulo (o governo Mário Covas – através do ITESP – e o Movimento dos Sem-Terra). Nunca houve uma pauta fortemente ligada às questões de gênero em ambas as organizações. Com a crise que levou à saída de José Rainha da organização nacional do MST e com a mudança da orientação política no governo estadual, que conduziu o ITESP a uma letargia política, praticamente nada sobrou dessas organizações.

A despeito desse quadro, as mulheres assentadas não deixaram de buscar o papel de protagonistas na política de reforma agrária. No Pontal, assim como em Araraquara, lideranças femininas se destacam, muitas vezes respondendo por organizações de produtores assentados – como no caso do P. A. Primavera, em Presidente Venceslau, onde três mulheres chegaram a presidir, quase que simultaneamente, as três associações ali formadas. A formação de militantes mulheres por parte do MST dotou a região de um grupo relativamente significativo de lideranças femininas nos assentamentos (e municípios). Um redirecionamento dos esforços do movimento, sobretudo do grupo do MST liderado por Rainha, para a região de Andradina (no Noroeste do estado), tem, no entanto, esvaziado bastante esse processo de formação de novas lideranças (homens ou mulheres).

Passemos em revista os lugares, os espaços ocupados por mulheres assentadas rurais, elementos necessários às reflexões sobre cidadania e políticas públicas.

Divisão sexual do trabalho: lugares das assentadas rurais

No meio rural ainda permanece um ideário de família nuclear, com papéis bem divididos entre os membros e tendo no homem o “chefe” da família (MEDEIROS, 2008). O espaço dos homens é o da esfera pública: o bar, o futebol, as reuniões de sindicatos e de associações e a comercialização da produção

do lote. O espaço das mulheres é o espaço do lote e o da esfera doméstica, qual seja, o cuidado da casa, da horta, das crianças (VALENCIANO, 2005). Um espaço de convivência entre os gêneros é o espaço produtivo, no qual a mulher tem um papel subalterno, porque é avaliado como mera “ajuda” que está prestando ao marido. Avaliação que se presta à construção ideológica da hierarquização entre os gêneros.

Não é comum as mulheres demonstrarem ter consciência da repressão de gênero a que estão submetidas. Veem a organização da esfera doméstica como algo naturalizado, ainda que se queixem do excesso de trabalho. Aquelas que participam mais da vida pública não compreendem necessariamente o processo que possibilitou a chegada delas ao nível em que se encontram e acreditam que a decisão de participar ou não dos espaços públicos esteja atrelada à opção pessoal e não às limitações de gênero (GARCIA, 2004).

O estudo publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) constatou que a questão do trabalho feminino em atividades agropecuárias é repleta de invisibilidades. A invisibilidade do trabalho feminino se expressa, inicialmente, no fato das mulheres trabalharem sem remuneração. Cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíam *status* de trabalhadoras, devido ao fato de terem uma jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou de estarem ocupadas nas atividades de autoconsumo.

Suas atividades agropecuárias são ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado como o verdadeiro trabalho da mulher rural. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela mulher rural. Ela tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa. Assim, ela mesma pode subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias.

As atividades secundárias que são demandadas a essas mulheres funcionam como um tipo de mão de obra reserva para as atividades intensivas como as desenvolvidas durante as colheitas e plantios. Por causa das tarefas domésticas e das atividades que não geram renda diretamente, como a produção

da alimentação da família, o trabalho da mulher se torna invisível. Esta atribuição de papéis, exigências e expectativas é social e não biológica, por isso pode variar no tempo e no espaço. Desse ponto de vista, as relações de gênero na divisão do trabalho expressam hierarquias de poder que refletem a estrutura social “convencional”, na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica³. No entanto, com as novas exigências da modernidade, cresce a necessidade da mulher rural ter outras ocupações para obter renda, passando a cortar cana nos locais onde antes fazia agricultura de subsistência e extrativismo, a trabalhar como faxineira-diarista e ter outras ocupações nas cidades, ao invés de cuidar de suas próprias casas. De igual modo, elas passam a beneficiar produtos no interior da propriedade para vendê-los. Se a mulher não trabalha para obter dinheiro, sua reputação é cada vez pior (WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K., 1992).

Essa situação explica, talvez, o número significativo e crescente de mulheres que trabalham como assalariadas fora do assentamento (maior na região de Araraquara que no Pontal). O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece compatível com a concepção de que sua função produtiva vai subsidiar, ajudar. Em algumas situações, se assalariam como forma de aumentar a renda e o investimento no lote, em outras, aparece claramente à vontade de se livrar das formas, mais ou menos dissimuladas, da violência de gênero.

Foram constatados casos de mulheres espancadas pelos maridos, problema agravado pelo alcoolismo, ameaças enfrentadas por mulheres que, ao assumir posição de liderança ou representação, tinham que falar com muita gente e ir sempre sozinhas à cidade, o que lhes rendia uma série de difamações nos bares, nas ruas da agrovila e em outros espaços. Além disso, pressões sofridas em situações de manifestação de independência – na formação de grupos, nas reivindicações encaminhadas ao poder local, dentre outras – na exclusão, na questão da partilha dos bens, em caso de separação (o que não se observa com tanta frequência nos dias de hoje), o continuado comando dos homens mesmo diante da solicitação de crédito por mulheres são alguns dos inúmeros exemplos de violência

³ Para Bourdieu (1989), a violência simbólica é violência econômica. O trabalho rural familiar exercido pelas mulheres não é tão reconhecido porque é reprodutivo, enquanto do homem é produtivo, ou seja, o papel produtivo do homem se sobressai ao reprodutivo da mulher, porque ele gera renda.

de gênero encontrados ao longo da pesquisa de campo em assentamentos da região de Araraquara. Situações verificadas na região do Pontal reforçam tais observações.

As mulheres arcam com o ônus das incertezas e da provisoriidade do viver no assentamento. Excluídas, em sua maioria, da elaboração do projeto produtivo, elas encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade. As decisões sobre produção coletiva, sobre o que plantar, não passaram, como já afirmamos em outros trabalhos (FERRANTE; BARONE, 1994), pelos assentados, muito menos, pelas mulheres. Na divisão por grupos, no entanto, as tentativas de preservar laços de amizade, vivências anteriores e proximidade da região de origem – critérios significativamente influenciados pelas experiências das mulheres – podem ser encaradas como uma forma de resistência, aliada à rejeição ao modelo associativista heterônomo proposto ou imposto pelo Estado.

Por outro lado, o trabalho agrícola da mulher, quando mais voltado às necessidades de reprodução familiar, é planejado conforme as necessidades alimentares da família. Essa preocupação ocasiona a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra, como consorciamentos, capina manual, adubação orgânica, integração animal/vegetal, dentre outras, que ocupam pequenos, mas significativos lugares. A alimentação da família envolve tanto uma cesta alimentar diversificada como a preocupação de ingerir alimentos “naturais”, levando-se em conta o bem-estar da família e atingindo a esfera nutricional e a satisfação do gosto e das preferências alimentares. Com isso, a mulher traz para dentro de casa os amidos, as vitaminas, os sais minerais e mesmo proteínas animais, advindos das pequenas criações de que toma conta. As receitas das comidas feitas em casa, geralmente, seguem os conhecimentos adquiridos em suas famílias, de suas mães e de suas avós, por isso a produção da alimentação não se refere apenas a aspectos materiais e nutricionais, mas envolve também a reprodução cultural, os costumes e os gostos por determinados alimentos, determinantes na composição do lugar.

Essa relação com a terra pode ser considerada de afetividade e se realiza na vivência diária.

O autoconsumo e a perspectiva de embriões de alternativas de desenvolvimento: as mulheres no comando

A diversificação agrícola sempre aparece relacionada como um contraponto às estratégias de produção de *commodities*, a partir de uma matriz tecnológica convencional com forte propensão a culturas altamente dependentes de recursos e insumos químicos, mecânicos e genéticos. Tomamos, então, a diversificação como referência a estratégias alternativas de desenvolvimento rural, que fogem àquelas convencionais e que se baseiam em produtos diversificados em relação ao rol do que é comumente encontrado (como: monoculturas de milho, soja, cana de açúcar, gado leiteiro extensivo, etc.) e em tecnologias de produção de base agroecológica/familiar como uso de insumos produzidos no próprio lote – sementes, adubos, arado animal, etc.

Tais alternativas, muitas vezes, se apresentam de forma coerente e atingem diretamente dimensões culturais, sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento rural nos assentamentos.

As estratégias de diversificação podem gerar autonomia para os assentados, em pelo menos dois aspectos: não depender da comercialização de um único produto agrícola, tampouco de um canal exclusivo para seu escoamento. Neste sentido, a agricultura praticada assume características tradicionais, com o uso dos recursos disponíveis localmente, de forma que os assentados apresentam condições de deliberar sobre a melhor prática a ser utilizada. A produção, por outro lado, pode prover a alimentação da família e entrar, sem tantos entraves, no circuito da comercialização. Conforme a noção de desenvolvimento de Amartya Sen (2000), esses aspectos podem contribuir para promover a liberdade dos sujeitos ao possibilitarem que eles ajam e se movimentem, sem se subordinarem, integralmente, a um sistema de controles e de poderes.

Nos assentamentos de Araraquara se destaca a produção de frutas, grãos, mandioca, hortaliças, aves e suínos para autoconsumo. Ainda que estas possam representar as principais estratégias de comercialização em um lote, a família que as produz também faz uso alimentar. No Pontal, no qual a pecuária é prevalente, além do leite, cuja vocação comercial não elimina o seu consumo doméstico *in natura* ou processado artesanalmente

(queijo, manteiga, doces), a produção de farinha de mandioca e a criação de animais de pequeno porte (além de aves, suínos e caprinos) se fazem presentes de forma notável.

Um fato social importante que ocorre com tais excedentes de alimentos é que eles se inserem em redes de trocas e doações de alimentos que ocorrem no interior dos assentamentos, entre as famílias (GRISA, 2007). Nas regiões em estudo, essas trocas envolvem principalmente aquelas famílias mais carentes que não produzem para seu sustento. Desse modo, as famílias que porventura se encontrem na situação de não ter garantido o acesso a uma alimentação mínima dependem que nos lotes dos vizinhos, ou de seus familiares e amigos, haja uma produção de alimentos cujo excedente possa ser por elas aproveitado. Isso ocorre em troca de serviços na terra ou em outras atividades, ou mesmo por relações solidárias de doações. Pelo fato de a maioria das famílias já ter vivenciado períodos de privação dos meios produtivos e talvez sofrido escassez de alimentos, é provável que entre os assentados não haja quem queira ver alguém próximo passando fome, ainda mais quando há um excedente disponível, havendo, portanto, a mediação interna destes excedentes.

Esses padrões de solidariedade mútua também aparecem em outros campos da vida social dos assentados. Quando as comunidades religiosas organizam festas para arrecadar fundos para construção das igrejas, independentemente do credo religioso, as famílias fazem doação.

O papel das mulheres na constituição desses espaços de sociabilidade via autoconsumo (festivo, solidário ou associativo) é, muitas vezes, de liderança. Neste processo, as mulheres assumem o comando. Pautadas por relações de sociabilidade, as mulheres podem ser protagonistas da construção de um leque de alternativas produtivas capaz de garantir a segurança alimentar e a autoestima, diluindo constrangimentos e assegurando a retomada das rédeas do desenvolvimento a partir de suas próprias iniciativas.

As atividades de diversificação supõem não apenas a reprodução material dos assentados e um melhor reconhecimento do papel da mulher, tanto na esfera doméstica, quanto na política, mas também uma reprodução cultural – através de um conjunto de saberes tradicionais inscritos na história dos tais grupos sociais – e uma original produção simbólica, (re)desenhando grupos de convivência e sociabilidade, nos quais as atividades

ligadas à preparação diária da alimentação (o sustento mais trivial) acabam sendo uma base. Lugar de necessidades e, talvez, de expansão de liberdades.

As mulheres também são, na imensa maioria das vezes, detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios caseiros, novenas e orações para proteção do homem, ou seja, outra dimensão considerada invisível. Além disso, são elas que gestam e educam os filhos, têm maior convivência com eles principalmente nos primeiros anos de vida, retransmitindo seus conhecimentos sendo, portanto, responsáveis pela reprodução social.

Cabe ressaltar a importância de discutir as relações entre produção/reprodução social de maneira crítica, especialmente pela naturalização de lugares atribuídos a homens e mulheres do campo, de questionar o caráter de complementaridade inicialmente atribuído ao trabalho de mulher na agricultura e valorizar a importância de tais atividades no contexto de estratégias familiares postas em ação pelos assentados.

Ao assumir o comando de atividades diversificadas, as assentadas têm se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homens e mulheres. A organização em associações ou a presença de agentes de direção política são fundamentais neste processo? O fato das mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas implica em mudanças efetivas no interior das relações familiares, dos códigos tradicionais que ainda interferem, em muito, na lógica das relações familiares? Sabemos que a palavra final, muitas vezes, é dos homens, ainda que nos depoimentos e entrevistas, apareça a referência a “ambos decidem”, o que não significa necessariamente uma mudança de práticas sociais arraigadas. Novas sociabilidades podem estar se criando no interior destas experiências produtivas diversificadas.

Políticas públicas com recorte de gênero: o que as experiências estão mostrando

A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais

do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão, por bom tempo, em programas de crédito/comercialização/investimentos.

Os dados apresentados nas pesquisas nos revelam que mesmo sendo assegurados em lei, muitos direitos das mulheres não são efetivados na prática. As respostas do Estado, como vimos, têm oscilado em um terreno de omissões, irrealizações, expressões de violência programada, sinais de alento. Mudanças recentes na política nacional de assentamentos incorporam, do ponto de vista teórico, questões de gênero. Foram abertos novos horizontes, no campo da titulação, do crédito agrícola de assistência técnica⁴.

Entretanto, há que se examinar o que vem, de fato, significando o conjunto de políticas públicas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo INCRA, dirigidas à promoção da autonomia econômica, elemento indispensável para a superação das desigualdades que marcam as vidas das mulheres assentadas e de outras trabalhadoras rurais.

As mudanças não se deram por uma política de outorga. Sem dúvida, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais anteriores à Constituinte, ainda que dispersos e muitas vezes fragmentados, interferiram decisivamente para que uma pauta de negociações das políticas públicas, permeadas por relações de gênero, fosse publicizada.

No bojo deste processo, tornou-se pública a pauta de políticas capazes de fortalecer a condição de agricultora das mulheres rurais. Questões como crédito, programas de geração de renda e formação profissional, comercialização de produção da agricultura familiar, acesso à documentação básica, saem do campo das invisibilidades e se põem como reivindicações a serem transformadas em direitos. A trama de tensões exigia respostas do Estado para uma mudança efetiva de propostas de políticas públicas. Avança-se nas conquistas obtidas com a constituição de 1988: acesso ao programa de Assistência ao Trabalhador Rural, entrada na previdência rural. Há mudanças consequentes que a aposentadoria traz à vida das trabalhadoras rurais idosas, ainda que, inegavelmente, a legalidade não traga mudanças efetivas às mulheres trabalhadoras por si só.

⁴ A portaria nº. 981 de 2003 do INCRA (MELO; DI SABBATO, 2008) regulamenta a *titularidade conjunta e obrigatória da terra* para as pessoas casadas ou em união estável. Em caso de separação a terra ficará para a mulher se ela mantiver a guarda dos filhos. Esta é uma dentre as políticas de ações afirmativas que pode contribuir para uma mudança das relações entre os sexos.

Estimativas recentes, confirmadas por pesquisas, falam em 18% de mulheres como titulares de terra. Reivindicações de que o INCRA dê prioridade ao direito de as mulheres chefes de família terem acesso aos lotes, bem como o direito das solteiras à terra, têm trazido uma real inversão da situação. Por outro lado, o acesso ao crédito Pronaf Mulher, ainda que tenha crescido 240% no período de 2003-2005, só atinge a cota de 30% muito raramente. A linha de crédito mais acessada é a da modalidade B, por ser mais fácil o acesso e menos burocratizado; igualmente, por ser a modalidade mais conhecida das mulheres, dos agentes financeiros, dos sindicatos de trabalhadores rurais e das empresas de assistência técnica responsáveis pela elaboração da proposta de crédito.

Muitas vezes, as solicitações das mulheres que demandam crédito são comandadas pelos maridos, sendo constatada a falta de acompanhamento e assistência após a liberação de crédito. Não há, no interior dos órgãos gestores, profissionais que tenham capacitação para orientar claramente as perspectivas de crédito para as mulheres, especialmente se as mesmas estão envolvidas em projetos alternativos de geração de renda, fora das atividades tradicionais, tais como agroindústria de panificação, queijos, trabalho com a palha, dentre outros. Neste quadro, sob o argumento do esgotamento de disponibilidade de crédito dos maridos, as mulheres, com frequência, são desestimuladas de buscar uma alternativa diferenciada de desenvolvimento rural. Do mesmo modo, é raríssima a situação de obtenção de crédito de modo coletivo entre mulheres (BRUMER, 2005).

Por outro lado, no contexto atual, temos que destacar a implantação de um programa de desenvolvimento rural com base na abordagem territorial (primeiro, os “Territórios Rurais” do MDA; depois, a ampliação do escopo desse programa através dos “Territórios da Cidadania”, que envolvem quase duas dezenas de ministérios do governo federal). Segundo analistas da temática, o fundamental nessa nova tendência “é a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o enfoque da sustentabilidade – um conceito holístico, cuja abrangência envolve os condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros” (FLORES; MACÊDO, 1999, p.43). Em nossa avaliação, este fato pode dar maior visibilidade às mulheres no meio rural.

A indicação desse histórico das discussões acerca de uma mudança de perspectiva sobre o desenvolvimento rural, valorizando-se aquilo que se convencionou chamar de “abordagem territorial”, apenas busca apontar o acúmulo teórico com o qual o MDA pôde trabalhar a partir do início do governo Lula, em 2003, desenhando uma política de desenvolvimento territorial. Neste governo, a concorrência entre os atores políticos comprometidos com a reforma agrária e com a superação da pobreza rural crônica garantiu tanto um aprofundamento dessas discussões como também a concretização de um programa federal para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, que passou a ser implementada a partir de 2004.

Segundo documento oficial do MDA, em sua primeira fase, o programa teve por objetivos “promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural” (MDA, 2004, s/p).

A constituição de uma possível nova identidade política mediada pelos horizontes que se abrem, timidamente, no campo das políticas públicas, põe em questão o alcance dessas mudanças no âmbito das relações de gênero. Toda essa “nova institucionalidade” (seja ela mediada por programas com enfoque territorial ou não) não implica, necessariamente, em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior das famílias, mas tem impactado as condições das mulheres assentadas. Novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais e pelos formuladores das práticas públicas. No entanto, os mesmos não trazem, magicamente, como consequência, uma (re) socialização que inverta posições naturalizadas e, de fato, leve a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social.

O papel da mulher nos dias atuais tem superado em parte aqueles que se consolidaram historicamente (quais sejam, o de procriar e cuidar da família), acrescentando espaços de atuação que vão além daqueles exercidos na esfera doméstica. Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres parecem mais participativas nas tomadas de decisões. As políticas públicas, por vezes, não focam o segmento feminino – embora as mulheres busquem participar de projetos públicos voltados para a produção ou instalação de equipamentos sociais. Outras vezes, são limitadas as informações das assentadas sobre as possibilidades de utilização de crédito.

Há outras situações a considerar. A criação do Pronaf Mulher reconhece a mulher como portadora de direitos específicos, mas, por outro lado, o endividamento se renova e o limite passa a ser a integração ao mercado.

Igualmente, o fato de não existir uma estratégia de organização grupal ou associativa para operacionalizar o crédito acaba por limitar o alcance desta política pública. Na determinação de possibilidades para as mulheres, faz-se necessário qualificar melhor as informações. As questões são: o eixo definido pelas políticas públicas acaba por reforçar a masculinização do mundo rural? As políticas públicas só poderão contribuir para a afirmação da autonomia das agricultoras se sua concepção contrariar a visão produtiva da agricultura? Dilemas se desdobram no bojo de tais reflexões.

A título de conclusão ou um itinerário de questões de ordem prática

Há empecilhos a exigir reflexões. Dificuldades se apresentam (e se avolumam), por exemplo, quando as mulheres devem apresentar provas do tempo de trabalho rural, ou em situações de exigência de talões de nota fiscal, para acesso a benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No primeiro caso, constata-se que as licenças-maternidade são de difícil acesso para as jovens filhas de assentados. Frequentemente, elas saem do assentamento por um determinado tempo, para estudar e/ou trabalhar fora do lote. Se, voltam para a terra, encontram barreiras – expressas em um vai e vem de documentações entre órgãos gestores e INSS – para provar seu vínculo com a agricultura familiar, ou para atestar sua participação como força de trabalho na unidade familiar. São certidões do INCRA ou do ITESP, reforçadas por declaração atualizada do Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Araraquara, que atestam que os filhos são força de trabalho do lote, que são aptos ao trabalho familiar. Por outro lado, o INSS faz entrevista com jovens assentados para certificar-se que são agricultores, mas se eles tiverem qualquer registro na cidade, por algum tempo, descaracteriza-se o trabalho rural.

As barreiras chegam a transformar-se, com frequência, em impedimentos de obter as licenças gestantes. Os mesmos problemas se apresentam no caso das solicitações de auxílios-

doenças e se agravam, inviabilizando, muitas vezes, a obtenção da aposentadoria por parte das mulheres.

Registros de tempos e impossibilidades de se “provar” a participação na agricultura familiar parecem se encontrar no campo das invisibilidades que ainda impregna o trabalho feminino, terreno fértil para alimentar a exclusão de mulheres, jovens e/ou idosas do patamar da cidadania aberto teoricamente no campo das políticas públicas.

Reconhece-se o trabalho das mulheres na família, mas este reconhecimento não lhes dá o aval necessário – expresso em registro do tempo de serviço – para valerem-se dos direitos que lhes são, em princípio, garantidos.

A lei da agricultura familiar (nº. 11.326 de 4/7/2006) reconheceu a mulher como segmento produtivo e definiu conceitos da agricultura e agricultor(a) familiar. No entanto, no cotidiano, há inúmeras situações que podem servir como alerta para classificações utilizadas pelas fontes oficiais, as quais não distinguem bem o trabalho familiar, contribuindo para reforçar a indiferenciação presente na legislação. Situação que, por sua vez, consolida as representações sociais correntes e colabora para manter a invisibilidade do trabalho realizado por mulheres no setor agropecuário, sobretudo no âmbito das unidades de produção familiar. Há necessidade de uma depuração nas formas de coletar informações, no sentido de precisá-las para melhor captar a diversidade das ocupações e relações de trabalho no mundo rural e, dentro delas, as especificidades da ocupação feminina.

Faz-se necessário valorizar a produção local e a participação de mulheres na diversificação do sistema alimentar dos municípios. Muitas vezes, o patamar de constituição das políticas públicas ainda está centrado no modelo convencional de economia. A crítica à divisão sexual do trabalho precisa igualmente levar em conta tais aspectos. Redefinir, por exemplo, políticas de segurança alimentar, dentre outras, que efetivamente valorizem e tragam à luz a produção agropecuária de autoconsumo.

Por exemplo, é extremamente importante a lei que exige que 30% da merenda escolar sejam oriundos da agricultura familiar – lei nº. 11.947 de 2009 –, o que pode levar à rediscussão das relações naturalmente atribuídas às mulheres na divisão sexual do trabalho. Se, no cumprimento desta lei, exigir-se que o montante da produção se restrinja ao liberado anualmente pelos

programas federais para o talão de notas fiscais de produtores assentados, com certeza, haverá sérias dificuldades de essa lei reverter-se, efetivamente, em benefícios para a agricultura familiar. Do mesmo modo, enquanto tal lei restringe a venda por grupos organizados, a inexistência de associações e/ou cooperativas de homens e mulheres assentados pode servir como válvula de escape para as prefeituras justificarem a não compra de produtos dos agricultores da região, o que, em muitos casos, significa corroborar com práticas indesejáveis de terceirização. Diante do exposto, esta lei pode transformar-se em um fator institucional de apoio e ampliação do mercado de produtos das famílias assentadas, em especial das mulheres, se não perder-se em um burocratismo estéril de exigências, incompatível com a realidade da agricultura familiar.

Certamente, as práticas que realmente movem as mulheres – sua responsabilidade pelo autoconsumo e pela diversificação das atividades agrícolas – são desqualificadas pelo modelo de economia convencional. Entretanto, a relação entre cidadania, políticas públicas e trabalhadoras rurais não pode ser discutida somente pela lógica do mercado, pois assim estão sendo deixadas de lado questões essenciais à satisfação das necessidades humanas. É por isso que a rediscussão de tal relação, por intermédio de um olhar feminista sobre a economia, comprometido com a biodiversidade, com os ecossistemas e com a produção para a vida, faz-se absolutamente necessária.

A produção do viver, a dimensão econômica – mesmo que não monetária – do trabalho das mulheres na reprodução e as desigualdades sociais, geradas pelo restrito acesso aos bens, à renda e aos serviços, exigem a associação da questão da cidadania com outros conceitos acerca das políticas públicas e com a construção de outros olhares.

A divisão sexual do trabalho deve ser rediscutida diante dos desafios que estão sendo apontados pelo protagonismo feminino. Igualmente, barreiras e empecilhos têm que ser revistos para que o avanço constatado na agenda de políticas públicas dirigidas às trabalhadoras rurais se constitua, de fato, em condição de cidadania. Restrições ao crédito, em caso de endividamento dos maridos, continuam a impedir, em muitas situações, o maior acesso das mulheres às linhas de financiamento.

Necessidades, problemas de ordem prática que, efetivamente, contam na inclusão/exclusão das trabalhadoras rurais têm que

compor a agenda de pesquisas sobre o feminismo e a ação política. Assim, poderemos estar oferecendo aos órgãos públicos elementos para maior e melhor incorporação das relações de gênero nos instrumentos de coleta de informações, nas categorias que organizam os dados e na análise dos seus resultados.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. Women settled in rural areas: places allocated and conquered spaces. *Perspectivas*, São Paulo, v.40, p.15-39, jul./dez. 2011.

■ **ABSTRACT:** *This paper discusses the role of women in rural settlements located within the region of Araraquara and Pontal do Paranapanema town in the state of São Paulo and its purpose is to explore similarities and differences between gender relations. It is highlighted the significant role played by these rural women within their families, households, and on their own plot of land in the food growing activities. Likewise, it is emphasized their diversity in position and power and these views have been reinforced their struggle and claims to win a space in the public sphere, giving a stronger priority for analysis and development strategies for families settled in every region, in accordance with the stress plan technique. In addition, special attention was drawn to women's place in the rural gender system in terms of division of labor, creating sociability spaces as well as contributing to agricultural diversification. Furthermore, opportunities and controversies in public policies that are pertinent to rural women are also evaluated. This article investigates the major steps from the settled women's need as a political subject.*

■ **KEYWORDS:** *Rural settlements. Gender relations. Rural development. Community growing and food consumption. Public policy.*

Referências

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA, 2006. (Série NEAD Debate, n.9).

BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JR., O. *Assentamentos*

rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005. p.351-371.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. O sindicalismo rural paulista na última década: fissuras e contrapontos. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, n.1, v.24, ABRA, jan./abr. 1994.

FLORES, M. X.; MACÊDO, M. M. C. Novos rumos do desenvolvimento rural. In: XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Foz do Iguaçu, 1999. *Anais...* Trabalho 364, Foz do Iguaçu, 1999.

GARCIA, M. F. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. *Revista Extensão Rural*, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, ano XIV, jan./dez. 2007.

MDA. *Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial*. Brasília, 2004.

MEDEIROS, L. S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexões e pesquisa. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Org.). *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. (Série NEAD Debate, n.14).

MELO, H. P.; CAPPELIN, P.; CASTRO, E. G. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens – O caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Org.). *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. (Série NEAD Debate, n.14).

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Um olhar de gênero nos assentamentos da reforma agrária. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Org.). *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. (Série NEAD Debate, n.14).

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis?”*. Brasília: UNESCO, 2000.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. A. *Relações de gênero em assentamentos de reforma agrária*. (Relatório bolsa PIBIC do Projeto “Poder Local e Assentamentos”, sob coordenação de Luís Antonio Barone). Presidente Prudente, FCT/UNESP, out. 2009.

VALENCIANO, R. C. *A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. Fuga a três vozes. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v.91, p.89-137, 1992.

Bibliografia consultada

BARONE, L. A. *Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

_____. *Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo*. In: FERRANTE, V. L. S. B. (Org.) *Retratos de Assentamentos*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, 2000.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA; São Paulo: Uniará, 2008.

DUVAL, H. C.; VALÊNCIO, N. F.; FERRANTE, V. L. S. B. Da terra ao prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar das famílias assentadas. In: JORNADA DE ESTUDOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS, 4., 2009. *Anais...* Campinas, 2009. CD-ROM.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. *Perspectivas*, São Paulo, v.20/21, p.121-147, 1997/1998.

LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Org.). *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. (Série NEAD Debate, n.14).

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. (Org.) *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

WHITAKER, D. C. A. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, v.87, p.11-73, 1990.

